

Relatórios integrados: o estado da arte dos Relatórios Corporativos

Chiara Mio¹

 <https://orcid.org/0000-0003-0945-0334>

Email: mio@unive.it

¹ Università Ca' Foscari Venezia, Dipartimento di Management, Venezia, Itália

Endereço para correspondência

Chiara Mio

Università Ca' Foscari Venezia, Dipartimento di Management
Dorsoduro 3246, 30123
Venezia – Itália

1. INTRODUÇÃO

O fluxo de pesquisas contábeis sobre divulgação não financeira e voluntária vem se desenvolvendo muito nos últimos cinco anos, também devido à introdução do Relatório Integrado (RI) em 2013 (International Integrated Reporting Council [IIRC], 2013). Esse aumento na pesquisa acadêmica vem refletindo um debate igualmente vibrante ao nível de *standard-setters* e formuladores de políticas, que abordam várias questões relacionadas à natureza das informações não financeiras,

aos padrões a serem adotados e à regulamentação dessa divulgação. Como consequência, a investigação acadêmica nessa área tem potencial para gerar contribuições significativas à prática. O artigo aborda inicialmente a evolução dos Relatórios Corporativos, em seguida, focaliza o Relatório Integrado, que é o estado da arte dos Relatórios Corporativos e, finalmente, oferece uma visão geral da pesquisa prévia e algumas sugestões para investigações futuras.

2. RELATÓRIOS CORPORATIVOS

Os princípios contábeis são frequentemente vistos como totalmente desconectados do contexto econômico e de negócios em que as empresas operam. Eles não o são: na verdade, sofrem influência das evoluções do cenário de negócios e, conseqüentemente, das necessidades do mercado de capitais. Por exemplo, a necessidade dos investidores de tomar decisões mais rápidas motivou a contabilidade do valor justo. Isso foi possível pela contabilização do valor justo, que já reflete informações de mercado.

Mais recentemente, os relatórios e, posteriormente, a própria contabilidade estão adotando a divulgação de informações não financeiras (INF) devido às pressões

do mercado. A princípio, essa evolução foi voluntária. Segundo Daub (2007), “um relatório pode ser considerado um relatório de sustentabilidade, no sentido mais estrito do termo, se for público e informar ao leitor como a empresa está enfrentando os desafios da sustentabilidade corporativa. Em outras palavras, deve conter informações qualitativas e quantitativas sobre até que ponto a empresa conseguiu melhorar sua eficácia e eficiência econômica, ambiental e social no período coberto pelo relatório e integrar esses aspectos em um sistema de gestão da sustentabilidade” (p. 77). Muitas empresas publicaram seus relatórios de sustentabilidade seguindo algumas diretrizes (entre elas, as da Global Reporting Initiative



são provavelmente as mais importantes). Recentemente, as INF se tornaram obrigatórias em alguns países, com o legislador europeu emitindo a Diretiva 2014/95/UE sobre divulgação não financeira. Essa evolução regulatória é de suma importância, pois iguala a divulgação não financeira e a financeira em termos de obrigatoriedade, garantia e conformidade.

Também no caso da divulgação das INF, a evolução da contabilidade pode remontar às mudanças no contexto econômico e, como consequência, às necessidades de informações do mercado de capitais. No atual ambiente de negócios, a criação de valor corporativo é cada vez mais influenciada por externalidades que vão além da lógica do mercado e, portanto, são difíceis de ser mensuradas em termos monetários. Para geração de valor, as empresas contam com ativos intangíveis, como reputação corporativa, capital humano e *know-how*. Até a década de 1990, a maior parte da capitalização de mercado das empresas vinha de ativos tangíveis, porque estes representavam o principal fator de sucesso no processo de criação de valor. A situação mudou após os anos 2000, com a evolução tecnológica e social, que gerou grande (e por vezes assustador) desenvolvimento econômico, e com os intangíveis como os principais fatores nos processos de criação de valor.

Os relatórios anuais tradicionais não são capazes de fornecer aos investidores informações relevantes suficientes para prever a capacidade das empresas de criar valor no longo prazo. Em suma, o ambiente econômico mudou drasticamente nos últimos 20 anos e a contabilidade precisa mudar na mesma medida. Considere-se, por exemplo, o caso de uma empresa detentora de uma

patente. Para determinar seu valor real e a contribuição que ela pode oferecer ao processo de criação de valor da empresa é preciso saber, entre outros: quantos anos a patente ainda terá efeito, se há outros concorrentes com patentes similares, se a evolução do mercado conferirá maior valor à patente no futuro. Nesse sentido, o custo histórico não fornece informações suficientes, e o valor justo dificilmente será relevante se não conhecermos as premissas que conduzem a uma determinada avaliação do valor justo condizente (premissas que geralmente não são financeiras).

Nesses novos contextos econômico e competitivo, que criam novas necessidades de informações para os investidores, a contabilidade precisa se concentrar nos Relatórios Corporativos como o novo paradigma, considerando holisticamente os relatórios financeiros, os não financeiros, os narrativos, a governança corporativa, a remuneração e os relatórios de sustentabilidade. Esses últimos têm apresentado algumas deficiências graves, o que é evidenciado pelo fato de os *stakeholders* e os investidores normalmente não levarem as informações contidas nesses relatórios em consideração para tomar suas decisões. Em vez disso, é necessário que informações não financeiras e financeiras sejam comunicadas holisticamente pelas empresas por meio do sistema de Relatórios Corporativos destas. Questões financeiras e não financeiras estão fortemente relacionadas e integradas no ambiente de negócios atual, a ponto de a distinção entre ambas ter perdido seu significado. Os investidores precisam ter uma imagem holística da empresa, que lhes permita obter informações sobre o processo de criação de valor a curto, a médio e a longo prazo.

3. RELATÓRIOS INTEGRADOS

Nessa perspectiva, os Relatórios Integrados (RI) podem ser vistos como um tipo possível (embora não necessariamente o melhor) de Relatórios Corporativos. Diferentemente de outras formas de relatório, não é um componente adicional, mas sim um componente geral e holístico do sistema. O RI tem como objetivo conectar e reunir todos os diferentes componentes dos Relatórios Corporativos. O Comitê Internacional de Relatórios Integrados (*International Integrated Reporting Committee*, IIRC), em sua estrutura de 2013, define RI como “uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2013, p. 7).

A espinha dorsal da estrutura de RI são os elementos de seu conteúdo (visão geral organizacional e ambiente externo; governança; modelo de negócios; riscos e oportunidades; alocação de estratégia e de recursos; desempenho; e perspectivas) e os princípios orientadores (foco estratégico e orientação futura; conectividade de informações; relacionamentos com *stakeholders*; materialidade; concisão; confiabilidade e integridade; consistência e comparabilidade). Entre eles, os mais inovadores são sem dúvida os seguintes: modelo de negócios, abordagem prospectiva e materialidade.

A estrutura de RI exige que as empresas divulguem informações sobre seu modelo de negócios, por ela definido como “o sistema escolhido de insumos, atividades de negócios, produtos e resultados que visam criar valor

em curto, médio e longo prazos” (IIRC, 2013, p. 14). A análise do modelo de negócios é fundamental para os investidores, a fim de avaliar a capacidade da empresa de criar e sustentar valor ao longo do tempo. Isso se aplica a qualquer tipo de negócio, mas ainda mais a empresas inovadoras.

O princípio orientador do “foco estratégico e da orientação futura” exige que o RI forneça informações sobre a estratégia da organização e sobre como isso se relaciona à sua capacidade de criar valor em curto, médio e longo prazo e ao seu uso de capitais e efeitos sobre estes. Além disso, esse princípio representa uma das inovações mais importantes introduzidas pela RI e pode beneficiar ao máximo os investidores. Tradicionalmente, os relatórios anuais tratam de eventos passados, ao passo que o valor das empresas depende da capacidade de gerar valor no futuro.

Por fim, o IIRC define materialidade da seguinte forma: “algo é material se puder afetar substancialmente a capacidade da organização de criar valor em curto, médio ou longo prazo” (IIRC, 2013, p. 33). Essa abordagem da materialidade é significativamente diferente em comparação à abordagem de relatórios de sustentabilidade, porque no centro da definição há o mercado e não

stakeholders. Essa diferença pode ser explicada também com base na teoria institucional (Besharov & Smith, 2014; Dunn & Jones, 2010), que argumenta que as organizações operam em ambientes pluralistas, caracterizados por múltiplas lógicas institucionais. Nessa perspectiva, a lógica mais significativa na materialidade do RI é a lógica do mercado, enquanto nos relatórios de sustentabilidade é a lógica dos *stakeholders*.

A raiz comum dos princípios orientadores e dos elementos de conteúdo discutidos brevemente acima (modelo de negócios, orientação futura e materialidade) não é decorrente dos relatórios, mas do contexto filosófico de RI. A base do RI é a abordagem do pensamento integrado, definida - inversamente à abordagem do pensamento do silo - como a consideração ativa por uma organização das relações entre suas várias unidades operacionais e funcionais e as capitais que a organização usa e afeta. O pensamento integrado leva à tomada de decisão integrada e a ações que consideram a criação de valor em curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, o pensamento integrado é central, pois permite entender o escopo real de RI, que vai além dos relatórios e pode afetar, entre outros, a estratégia das empresas, as estruturas organizacionais e o gerenciamento de *stakeholders*.

4. PESQUISA ATUAL E FUTURA EM RI

Desde 2013, quando a estrutura de RI foi publicada pela primeira vez, muitos pesquisadores de diversas áreas o têm investigado, assim como suas principais características e as consequências para as empresas que o implementaram (para uma revisão, ver de Villiers, Hsiao & Maroun, 2017; Dumay, Bernardi, Guthrie, & Demartini, 2016; Mervelskemper & Streit, 2017). Essa literatura pode ser dividida em estudos que enfocam o RI na perspectiva de usuários externos (Bernardi e Stark, 2018; Lai, Melloni e Stacchezzini, 2016; Serafeim, 2015; Zhou, Simnett e Green, 2017, entre outros) e aqueles que o fazem partindo da perspectiva dos usuários internos, da contabilidade gerencial e da tomada de decisões (Guthrie, Ricceri, Dumay e Nielsen, 2017; Mio, Fasan e Pauluzzo, 2016; Steyn, 2014; Stubbs & Higgins, 2014; entre outros). É interessante notar que Barth, Cahan, Chen e Venter (2017) fundem as duas perspectivas. Eles mostram que o RI aumenta o valor da empresa e propõem (também encontrando evidências empíricas) duas vertentes: melhor tomada de decisão (efeito real - interno) e melhoria do ambiente de informação (efeito do mercado de capitais - externo).

Estudos voltados à vertente de mercado de capitais (ver Abhayawansa, Eljido-Ten, & Dumay, 2018;

Bernardi & Stark, 2018; Flores et al., 2019; Zhou et al., 2017) focalizaram analistas econômicos e geralmente se basearam na divulgação voluntária (Beyer, Cohen, Lys e Walther, 2010) e na teoria do processamento de informações (Dhaliwal, Radhakrishnan, Tsang, e Yang, 2012). Os resultados empíricos sugerem que o RI realmente melhora a divulgação corporativa, aumentando, desse modo, a capacidade dos analistas de fazer previsões melhores. Pesquisas futuras podem estudar se o aumento da capacidade dos analistas se deve a uma maior quantidade de informações (aproveitando os elementos do conteúdo de RI) ou a uma apresentação mais eficaz destas (aproveitando os princípios de orientação do RI).

Outra questão interessante ainda pouco investigada é o papel da garantia de RI. As INF são frequentemente percebidas pelos investidores como menos confiáveis do que as informações financeiras. Pode a garantia preencher essa lacuna na confiança dos investidores? Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2017), por exemplo, descobrem que a garantia desempenha um papel central para os investidores, mas são necessárias mais pesquisas sobre esse tema. Em particular, os pesquisadores podem abordar a questão da garantia de informações prospectivas, conforme indicado abaixo; além disso, podem dirigir sua atenção para a

lacuna de expectativas relativas ao escopo da garantia, elemento de suma importância nesse contexto, em que a eficácia da garantia deva ser avaliada em termos da redução dessa lacuna de expectativa.

De acordo com Perego, Kennedy e Whiteman (2016), grande parte da pesquisa embrionária relacionada ao RI ainda precisa explorar como a mensuração de desempenho interno e os sistemas de relatórios foram impactados pela adoção do RI. Essa lacuna precisa ser preenchida, porque, segundo os autores, os especialistas pediram mais pesquisas aplicadas que analisem os mecanismos de difusão interna e entre empresas que estão atuando na implementação interna de RI.

Alguns dos estudos que focaram na implementação interna de RI (entre outros, Lodhia, 2015; Mio et al., 2016; Steyn, 2014; Stubbs & Higgins, 2014) geralmente exploram a transição para RI, os propulsores de mudanças no sistema de controle gerencial e as mudanças nos processos e nas estruturas corporativas após a adoção do RI. De Villiers et al. (2017) desenvolveram um novo modelo conceitual que pode ser utilizado como estrutura para entender as várias influências do RI e como um modo de identificar questões de pesquisa novas, interessantes e pouco exploradas.

Esse segundo fluxo de pesquisa, geralmente baseado em métodos qualitativos, decorre da integração do pensamento, que torna a estrutura de RI um instrumento poderoso para induzir mudanças nas organizações, que vão além dos relatórios e envolvem potencialmente todas suas funções. Com a recente diretiva da UE sobre INF, o papel do conselho de administração passou a ser bem mais central, devido ao maior grau de responsabilidade e julgamento exigido. Assim, são necessárias mais pesquisas sobre a interação entre governança corporativa e RI, especialmente quando o RI se torna obrigatório.

Outras questões de pesquisa que merecem análise estão relacionadas ao estabelecimento de metas. Se o desempenho em longo prazo for impulsionado pela INF e por ativos intangíveis, os gestores devem ser responsabilizados por seu desempenho nessas áreas e remunerados consistentemente. A adoção do RI realmente moldou a administração por objetivos das empresas? Atréada a esta questão, há a orientação de longo prazo das empresas adotantes. Incentivar os gestores a tomar

decisões que permitam às empresas gerar valor em longo prazo é um dos principais objetivos de RI. Além disso, com base na literatura sobre os efeitos reais da contabilidade, os pesquisadores podem investigar se as empresas que implementam a estrutura de RI (relatórios e pensamento integrado) colocam mais ênfase no desempenho em longo prazo.

De um lado, objetivos e metas refletem uma dimensão interna da análise. Do outro, externalidades referem-se ao impacto sobre os *stakeholders*. Mesclar essas duas dimensões (interna e externa) pode ser um desafio. Uma das ferramentas que podem ser utilizadas para esse fim é mensurar o impacto das operações corporativas em relação a outros *stakeholders*. Esses indicadores de impacto permitem a comunicação interna de metas e a mensuração das externalidades. A literatura acadêmica pode contribuir nesse campo, propondo melhores práticas e estudando os efeitos dos indicadores de impacto na tomada de decisão interna e nos *stakeholders* externos.

As informações prospectivas são centrais em RI, pois um de seus recursos mais inovadores é a orientação para o futuro. Esse tipo de informação é extremamente relevante para os investidores, mas pode, ao mesmo tempo, prejudicar a organização, pois permitiria o acesso dos concorrentes a informações proprietárias. Como as empresas reagem a essa possível limitação? Elas omitem a divulgação de informações prospectivas devido a problemas de confidencialidade? Qual seria o processo pelo qual elas decidem quais informações excluir? E quem seria responsável por esta atividade?

Por fim, é necessário explorar o papel do *benchmarking*. Os indicadores prospectivos não financeiros podem não ter relevância, porque os investidores não têm informações suficientes para compará-los com os de outras empresas. Provavelmente seria importante que eles tivessem uma referência ao nível do setor. Portanto, são necessárias mais pesquisas não apenas sobre a qualidade e a confiabilidade dessa divulgação, mas também sobre a maneira como elas são comparadas com aquelas dos concorrentes.

Há uma necessidade urgente de pesquisas “relevantes” nesse campo, capazes de impactar a qualidade das empresas e a arena competitiva, além de melhorar os negócios. As vertentes indicadas acima representam uma (pequena) contribuição e orientação nesse sentido.

REFERÊNCIAS

Abhayawansa, S., Eljido-Ten, E., & Dumay, J. (2018). A practice theoretical analysis of the irrelevance of integrated reporting to mainstream sell-side analysts. *Accounting & Finance*, 59(3), 1615-1647. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/acfi.12367>

Barth, M. E., Cahan, S. F., Chen, L., & Venter, E. R. (2017). The economic consequences associated with integrated report quality: capital market and real effects. *Accounting, Organizations and Society*, 62, 43-64.

- Bernardi, C., & Stark, A. W. (2018). Environmental, social and governance disclosure, integrated reporting, and the accuracy of analyst forecasts. *The British Accounting Review*, 50(1), 16-31. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.bar.2016.10.001>
- Besharov, M., & Smith, W. K. (2014). Multiple institutional logics in organizations: explaining their varied nature and implications. *Academy of Management Review*, 39(3), 364-381.
- Beyer, A., Cohen, D. A., Lys, T. Z., & Walther, B. R. (2010). The financial reporting environment: review of the recent literature. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 296-343. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.10.003>
- Daub, C. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75-85.
- De Villiers, C., Hsiao, P.-C. K., & Maroun, W. (2017). Developing a conceptual model of influences around integrated reporting, new insights and directions for future research. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 450-460. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2017-0183>
- Dhaliwal, D. S., Radhakrishnan, S., Tsang, A., & Yang, Y. G. (2012). Nonfinancial disclosure and analyst forecast accuracy: international evidence on corporate social responsibility disclosure. *The Accounting Review*, 87(3), 723-759. Recuperado de <https://doi.org/10.2308/accr-10218>
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: a structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166-185. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Dunn, M. B., & Jones, C. (2010). Institutional logics and institutional pluralism: the contestation of care and science logics in medical education, 1967-2005. *Administrative Science Quarterly*, 55(1), 114-149.
- Flores, E., Fasan, M., Mendes-da-Silva, W., Oliveira Sampaio, J. (2019). Integrated reporting and capital markets in an international setting: The role of financial analysts. *Business Strategy and the Environment*, 28(7), 1465-1480. <https://doi.org/10.1002/bse.2378>
- Guthrie, J., Ricceri, F., Dumay, J., & Nielsen, C. (2017). *The Routledge companion to intellectual capital*. London: Routledge.
- International Integrated Reporting Council. (2013). *The International < IR > Framework*. Recuperado de <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2016). Corporate sustainable development: is 'integrated reporting' a legitimation strategy? *Business Strategy and the Environment*, 25(3), 165-177. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/bse.1863>
- Lee, K., & Yeo, G. H. (2016). The association between integrated reporting and firm valuation. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 47(4), 1221-1250. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11156-015-0536-y>
- Lodhia, S. (2015). Exploring the transition to integrated reporting through a practice lens: an Australian customer owned bank perspective. *Journal of Business Ethics*, 129(3), 585-598.
- Mervelskemper, L., & Streit, D. (2017). Enhancing market valuation of ESG performance: is integrated reporting keeping its promise? *Business Strategy and the Environment*, 26(4), 536-549. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/bse.1935>
- Mio, C., Fasan, M., & Pauluzzo, R. (2016). Internal application of IR principles: general's internal integrated reporting. *Journal of Cleaner Production*, 139, 204-218. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.07.149>
- Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward. *Journal of Cleaner Production*, 136, 53-64. Recuperado de <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.106>
- Reimsbach, D., Hahn, R., & Gürtürk, A. (2017). Integrated reporting and assurance of sustainability information: an experimental study on professional investors' information processing. *European Accounting Review*, 27(3), 559-581.
- Serafeim, G. (2015). Integrated reporting and investor clientele. *Journal of Applied Corporate Finance*, 27(2), 34-51. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/jacf.12116>
- Steyn, M. (2014). Organisational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting: Perspectives of senior executives at South African listed companies. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(4), 476-503. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-11-2013-0052>
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2014). Integrated reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1068-1089. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1279>
- Zhou, S., Simnett, R., & Green, W. (2017). Does integrated reporting matter to the capital market? *Abacus*, 53(1), 94-132. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/abac.12104>